

# PROJETO ESCOLAS SEGURAS E ACOLHEDORAS PARA MENINAS NA CONVIVÊNCIA COM A COVID 19 EM PERNAMBUCO

**MARIA ELIZABETE GOMES RAMOS**

E-mail: [lizgramos@gmail.com](mailto:lizgramos@gmail.com)

**CÁSSIA JANE DE SOUSA**

**AVANILDO DUQUE DA SILVA**

## INTRODUÇÃO

Desde o início da Covid19 no Brasil foram grandes os impactos nas políticas educacionais e às preocupações com a saúde e a vida das pessoas somavam-se o como estudar, ensinar e aprender em meio às mudanças impostas pelo distanciamento social. Com as aulas presenciais suspensas e as aulas remotas de forma precária, sobretudo nas redes públicas, no debate sobre o retorno às escolas, poucos traziam as vozes e perspectivas das meninas e dos/as trabalhadores/as da educação e suas famílias.

Neste contexto 04 (quatro) organizações da sociedade civil<sup>1</sup> em Pernambuco criaram o projeto “Escolas Seguras e Acolhedoras para meninas na convivência com a Covid19 em Pernambuco” que conta com apoio da Iniciativa Global COVID-19 do Fundo Malala. Com o objetivo principal de *“Promover um debate público, a partir do lugar dos movimentos, coletivos, fóruns e organizações sociais, sobre os impactos da pandemia Covid-19 na educação de meninas (crianças e adolescentes) e jovens mulheres de Pernambuco, bem como sobre estratégias a serem implementadas para o retorno às aulas e à convivência com a Covid19 nas escolas, considerando a proteção da vida, da saúde e da aprendizagem”*, e para esse propósito o projeto se propôs a:

1. Produzir e divulgar conhecimentos sobre as vivências e aprendizados gerados durante o isolamento social e sobre a convivência com a Covid-19, no que diz respeito à garantia do direito à educação de meninas e jovens mulheres, numa perspectiva de enfrentamento das desigualdades de gênero e de raça, que limitam o seu acesso e permanência nas escolas;
2. Dar visibilidade às situações vivenciadas pelas meninas e jovens, que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, com ênfase nas desigualdades estruturais de gênero e raça, no contexto da Covid-19, com riscos de ampliação das discriminações sociais decorrentes das políticas educacionais emergenciais;
3. Fazer incidência política, para que o retorno presencial das atividades educacionais seja realizado de forma segura, garantindo

1 O Centro de Cultura Luiz Freire-CCLF, o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social-CENDHEC, o Centro de Mulheres do Cabo -CMC e o Comitê PE da Campanha Nacional pelo Direito à Educação-CNDE,

condições sanitárias, sociais e pedagógicas para que as meninas e jovens mulheres não fiquem fora da escola.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Foram realizadas 04 (quatro) Rodas de Diálogo (setembro/2020) sobre os impactos da pandemia na educação, com análises dos problemas e sugestões, a escuta de diversos segmentos, especialmente com os profissionais de educação; meninas e jovens, negras e da periferia; educadores populares, familiares e militantes ligados à educação infantil e ainda à educação do campo, quilombola e indígena, incluindo as mulheres rurais. Fizemos ainda um levantamento de produções sobre o tema da sociedade civil e dos movimentos sociais e sindicais (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2020; CNTE, 2020; MIEIB, 2020; UNCME, 2020; UNDIME 2020).

A partir daí foi elaborado um Documento de Recomendações com sugestões para os protocolos sanitários para a Educação e o retorno das atividades presenciais nas escolas no contexto da Covid-19, que foi apresentado em um Seminário Virtual (março/21) para lançamento público, com participantes do Ministério Público, de conselheiros, gestores e equipes de secretarias, além outras organizações que haviam participado das Rodas.

Para escuta das meninas e jovens, foram criados 05 núcleos comunitários, nos municípios do Recife/Sítio dos Pintos, com apoio da rádio comunitária *Voz da Comunidade*; de Olinda/Peixinhos, apoio do *Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças- GCASC*; de Mirandiba/Quilombolas, apoio da *Associação das Comunidades Quilombolas de Mirandiba-ASCQUIMI*; do Cabo de Santo Agostinho e de Camaragibe, com apoio dos parceiros e de escolas públicas locais.

## RESULTADOS

As Recomendações tem sido divulgadas nas redes de parceiros, nos municípios, nas comunidades onde os núcleos se localizam; tem sido utilizadas na incidência política, junto aos parlamentares municipais e estaduais; aos gestores das redes de ensino e das escolas; aos conselhos de educação e conselhos de direitos de crianças e adolescentes, e aos parceiros da sociedade civil, entre outros. Também orientam as ações nos núcleos

Os Núcleos promovem articulação, formação e mobilização de meninas e jovens, dando visibilidade e fortalecendo-as no enfrentando dos problemas da pandemia sobre suas vidas, dificuldades e sonhos, e como organizam seus estudos neste contexto. Para registro de situações vividas e refletidas pelas meninas, foram realizadas oficinas de comunicação com as meninas, com criação de peças em diversos formatos - foram vídeos, programas e spots de rádio, cartazes, e publicação no instagram do projeto: [escolas.seguraspe](https://www.instagram.com/escolas.seguraspe) e nas redes de parceiros. Para as ações nos núcleos oferecemos equipamentos e acesso à internet para as meninas que necessitavam.

A incidência política na defesa de direitos, baseada nas Recomendações, envolve o poder legislativo; os conselhos de educação; o poder executivo, desde a gestão das redes de educação do estado e dos municípios, até as escolas próximas às comunidades das meninas. E a comunicação tem sido uma estratégica nessa ação.

Por compreender a importância do financiamento para as condições de escolas seguras e acolhedoras no contexto da Covid19 e os impactos da epidemia na economia do país, o projeto e seus parceiros participaram das mobilizações pelo Fundeb, defendendo um fundo com mais recursos e maior participação da União, e o Custo-Aluno Qualidade- CAQ como referência para o valor anual por aluno do Fundeb. O CAQ considera a infraestrutura das escolas, as condições de trabalho dos trabalhadores da educação, equipamentos e materiais necessários, insumos tão evidenciados para enfrentar os prejuízos que a pandemia da Covid 19 trouxe à educação escolar dos/as estudantes!

Entre as dificuldades do projeto destacamos: o agravamento da pandemia no estado e no país; os impactos na vida e na educação das meninas e jovens e famílias; foi preciso adaptar as atividades ao modo virtual, mesmo reconhecendo os problemas sociais e emocionais que o excesso de vida social e educacional on line tem provocado nas pessoas, sobretudo as meninas mais empobrecidas. Para viabilizar as atividades nos núcleos comunitários foram disponibilizados equipamentos e acesso à internet para quem necessitava; e para acompanhar o retorno das aulas presenciais e a situação das escolas, o projeto foi estendido até dezembro de 2021.

Entre os principais desafios para a educação de meninas, destacamos:

- Nas condições em que o ensino remoto está sendo ofertado, aumentam as desigualdades educacionais entre jovens, os problemas de aprendizagem e de abandono escolar;

- A dificuldade de acesso a equipamentos e internet, acentua a exclusão digital e as desigualdades educacionais das estudantes negras, pobres, periféricas, rurais e quilombolas;
- Os impactos da Covid 19 na vida das estudantes e famílias mais vulneráveis, tem repercutido na saúde emocional e mental das meninas e jovens;
- As condições de trabalho, equipamentos e acesso à internet para os/as professores/as, para produção e realização de aulas remotas e presenciais;
- Para enfrentar o abandono escolar são necessárias iniciativas nas escolas e redes educacionais;
- Os processos de avaliação precisam ser revistos, bem como currículos e práticas conteudistas, que aprofundam as desigualdades entre as estudantes e não consideram outras aprendizagens que aconteceram neste contexto;
- As medidas de higiene e de distanciamento continuam necessárias, mesmo com os avanços na vacinação;
- O diálogo com a sociedade deve ser permanente, sobre os protocolos das redes e escolas para as atividades presenciais e a convivência com a Covid19 nas escolas;
- Medidas de enfrentamento aos prejuízos na aprendizagem e na sociabilidade de meninas e jovens devem ser incluídos no planejamento das escolas e redes;
- Mais recursos são necessários para melhorar a infraestrutura e a oferta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) nas escolas, principalmente nas redes municipais, que tem mais dificuldade de seguir os protocolos de segurança sanitária necessários;

A conjuntura política e econômica do país tem repercutido no financiamento da educação, com redução de recursos nas redes públicas. A Constituição determina que a União tem função suplementar e colaborativa junto às demais redes e por isso tem papel estratégico na garantia de medidas necessárias nas escolas. No entanto isso não vem ocorrendo como necessário e observa-se que o Governo Federal tem agido com desrespeito aos protocolos e descumprindo suas obrigações!

Com o retorno às escolas os impactos da pandemia serão mais visíveis e as políticas educacionais precisam indicar: *Como recuperar os prejuízos na educação das meninas e jovens mais vulneráveis e lidar com as desigualdades educacionais, sociais, de raça, etnia e de gênero, ampliadas*

*com a Covid 19?* Para chegar às respostas é preciso envolver as meninas e jovens, num abraçar esperançando!

## REFERÊNCIAS

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. COVID-19, o novo coronavírus. Guia sobre Reabertura das Escolas. São Paulo. 2020.

CNTE. Diretrizes para educação escolar durante e pós-pandemia. DF, 2020.

MIEIB. Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores. Brasil, 2020.

UNCME. Educação em tempos de pandemia: direitos, normatização e controle social. Um Guia para conselheiros municipais de educação. Brasil, 2020.

UNDIME. Subsídios para a Elaboração de Protocolos de Retorno às Aulas na Perspectiva das Redes Municipais de Educação. Brasília/ DF. 2020.